

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: POLÍTICA	Seção:
Página: 3	Data: 03/06/2014

Caruaru: vereadores, livres, reassumem

Jumariana Oliveira

joliveira@jc.com.br

Os últimos três processos disciplinares contra os vereadores investigados na Operação Ponto Final foram suspensos por decisão judicial. De maneira liminar, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando, determinou a suspensão das investigações que tramitavam na Câmara de Vereadores. O caso dos parlamentares que estavam sendo avaliados pela Comissão de Ética e, caso fossem comprovadas as irregularidades, os vereadores poderiam ter os mandatos cassados.

Desta vez, a decisão favoreceu os vereadores Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (Pros) e Eduardo Cantarelli (SDD). A defesa alega que o relator dos processo é o vereador Marcelo Gomes (PSB), que é filho do vice-prefeito da cidade, Jorge Gomes (PSB).

Como o caso envolve denúncias de suborno no Executivo municipal, a defesa entende que Marcelo é suspeito de analisar os processos, já que seu pai é auxiliar do prefeito José Queiroz (PDT). Além disso, alega o advogado Marcelo Cumarú, o relator foi denunciante e também é presidente da Comissão de Redação de Lei, que é o colegiado que analisa os resultados da Comissão de Ética. Portanto, o resultado da análise poderia não ter o contraditório.

Na semana passada, os processos disciplinares envolvendo os vereadores Jajá (sem partido), Pastor Jadiel (Pros), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val da Cachoeira Seca (DEM) e Neto (PMN) também foram suspensos. Não há mais nenhuma análise sendo feita na Comissão. Todos os envolvidos no caso também conseguiram na Justiça decisão favorável para voltarem a exercer o mandato.

Assunto: Projeto Novo Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção:
Página: 2	Data: 03/06/2014

jornal do  **commercio**

Novo Recife volta à mesa de discussão

EMPREENHIMENTO Prefeito Geraldo Julio se reúne com representantes do Ocupe Estelita e de outros setores da sociedade para tentar encontrar solução para o impasse

O projeto Novo Recife será discutido hoje, a partir da 9h, no gabinete do prefeito Geraldo Julio, com a participação de representantes do movimento Ocupe Estelita e de outros segmentos da sociedade civil ligados à área de planejamento urbano. A reunião foi agendada pela prefeitura após mobilização feita por entidades contrárias à implantação do complexo imobiliário ao longo do Cais José Estelita, na área central da cidade. Os ativistas do movimento estão acampados no local desde o último dia 21.

Após reunião ontem à noite, a prefeitura decidiu ampliar para seis o número de representantes do movimento Ocupe Estelita, atendendo pleito do grupo. Além deles, foram chamados para participar do encontro o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o Movimento Observatório do Recife e os reitores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (que têm cursos de arquitetura). Ontem, represen-



Bobby Fabisak/JC Imagem

Parte dos armazéns foi demolida em 21 de maio

tes de 10 associações de moradores do entorno do Estelita solicitaram audiência com o prefeito para discutir a situação da área. Favoráveis ao Novo Recife, eles foram recebidos pela Secretaria de Governo, que garantiu que o grupo será atendido, mas não há definição se no encontro de hoje.

A professora da Faculdade de Direito da UFPE e ativista do Grupo Direitos Urbanos Liana Cirne Lins afirmou que a reunião é um passo importante porque mostra a sensibilidade política da prefeitura de perceber que essa discussão é um clamor da cidade. "A gente acredita numa negociação de fato. Diante das irregularidades e falhas do projeto, o prefeito tem a discricionariedade para anular atos administrativos ilegais", afirmou. Ela disse que a reunião servirá também para cobrar a discussão de um plano urbanístico para o Cais José Estelita. "Esse debate está atrasado 14 anos. Esse é o momento de retomá-lo com a participação direta da sociedade", defendeu.

Por meio de nota, divulgada ontem, o Consórcio Novo Recife informou que não foi convidado para participar do encontro no gabinete do prefeito. "O Consórcio está aberto ao diálogo com a prefeitura, como sempre esteve desde o início do processo do Novo Recife", informou a nota.

Ontem à tarde, foi realizada uma reunião na Secretaria de Defesa Social para definir uma data para a reintegração de pos-

se do terreno. O encontro, no entanto, não chegou a uma definição de quando a medida será cumprida. De acordo com o advogado Alexandre da Maia, integrante do Grupo Direitos Urbanos, os órgãos de segurança apresentaram o procedimento padrão que é adotado em casos de reintegração de posse. "Esse procedimento envolve vários atores que ainda vão ser convocados para tentar encontrar uma saída negociada para a situação."

Ontem o Ministério Público de Pernambuco também entrou com um agravo de instrumento na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça recorrendo da reintegração de posse concedida pelo desembargador Márcio Aguiar. O promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho, afirmou que o recurso baseia-se na "supressão de instância", já que a decisão do desembargador foi dada sem que houvesse uma decisão do juiz que cuidava do caso. "Além disso, não cabe uma ação de reintegração de posse porque não há uma intenção do movimento de se apropriar do terreno, mas apenas ocupá-lo como forma de pressão política", alegou o promotor.

Assunto: Varas cíveis com processo eletrônico	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção:
Página: 5	Data: 03/06/2014

jornal do commercio

Varas cíveis com processo eletrônico

Trinta e quatro Varas Cíveis do Recife passaram a contar, desde ontem, com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema que promete agilizar a tramitação de ações judiciais no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A meta é que até 2017 todas as instâncias do Judiciário tenham feita a transição para o modo eletrônico, deixando de lado o uso do papel. Hoje, correm 1,8 milhão de processos no tribunal, sendo 155 mil eletronicamente.

Com o PJe, advogados e defensores poderão ingressar com ações pela internet, sem que precisem se dirigir a uma unidade do Judiciário. Para isso, os profissionais terão que obter uma certificação digital para validar as solicitações.

Antes, apenas os Juizados Especiais Cíveis e duas Varas de Executivos municipais contavam com o PJe.

“A morosidade do processo prejudica as partes. O processo eletrônico vai trazer mais segurança e rapidez”, disse o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves.

Assunto: Sem tratamento	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: ECONOMIA	Seção: Olho Vivo
Página: 4	Data: 03/06/2014

jornal do commercio

Sem tratamento



Diego Nigro/JC Imagem

Raquel de Lima, 71 anos, luta contra um câncer há cinco. Desde março, ela encara uma nova luta: contra o plano de saúde Hapvida. Quatro anos após ela se tratar com outra operadora, a doença atacou o fígado e a coluna. Ela foi à consulta com um médico do plano atual, que indicou um procedimento chamado ablação por radiofrequência, uma pequena cirurgia para retirada da lesão no tórax. Porém o plano não autorizou o tratamento, alegando que não estava incluso no rol de procedimentos da ANS. No dia 14, ela entrou com um processo na Justiça e o juiz Isaiás Neto, da 33ª Vara Cível da Capital, concedeu uma liminar com um prazo de dois dias para o Hapvida liberar o tratamento, sujeito à multa diária de R\$ 500. No dia 21, Raquel voltou a procurar o plano, mas, outra vez, a empresa negou o procedimento.

Resposta

Em nota, o Hapvida informou que o procedimento não consta no rol de procedimentos da ANS, por ainda estar em caráter experimental, mas que está em busca de meios para viabilizar um prestador o mais rápido possível.

Resposta 2

Na última quinta (29), a Justiça expediu uma nova ordem judicial, determinando o encaminhamento da paciente para outro hospital, sendo o Hapvida responsável pelos custos da consulta e do tratamento. Em 10 dias, a operadora terá que comprovar o cumprimento da ordem.

Assunto: Processos agora são eletrônicos	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LEITURA DINÂMICA	Seção:
Página: A2	Data: 03/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ALLAN TORRES/DP/D.A.PRESS



PÁGINA A6

Processos agora são eletrônicos

Novo sistema implantado ontem em Pernambuco deverá dar mais agilidade ao Judiciário,

além de permitir a economia de papel. O Processo Judicial Eletrônico, apresentado pelo

presidente do STJ, ministro Francisco Falcão, funciona nas 34 varas cíveis da capital.

Assunto: Processo eletrônico chega a 34 varas cíveis	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A6	Data: 03/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Processo eletrônico chega a 34 varas cíveis

ALLAN TORRES ESP DP/D.A PRESS

Com a mudança, o TJPE espera dar mais agilidade ao Judiciário e economizar papel. Tribunal adquire 95 mil resmas por ano

Desde ontem, 34 varas cíveis da capital começaram a funcionar com o Processo Judicial Eletrônico (PJE). A iniciativa dá mais agilidade ao Judiciário e representa também mais respeito ao meio ambiente, por causa da economia de papel.

Atualmente, todos os juizados especiais cíveis do estado e as varas de execuções fiscais municipais do Recife já contam com o PJE. Mais de 150 mil ações funcionam nesse formato em Pernambuco.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, até 2017 todas as unidades jurisdicionais funcionarão com o sistema. O PJE começou a ser implantado na Justiça estadual em 2009, através de um software desenvolvido pelo Conselho Na-



O presidente eleito do STJ, Francisco Falcão, participou do anúncio ontem

cional de Justiça (CNJ).

“Com o sistema, o advogado encaminha pela internet, de casa mesmo, a petição inicial e reduz o tempo morto, que protela o julgamento definitivo. O serviço funciona 24 horas e prestigia o cidadão, destinatário final do serviço Judiciário”, explicou o desembargador Frederico Neves. Segundo ele, outra vantagem do novo sistema será a economia de papel, que re-

sulta na proteção de árvores. “O Tribunal adquire por ano 95 mil resmas de papel e 15 resmas de papel representam uma árvore”, comparou.

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça e presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Francisco Falcão, participou do anúncio do PJE. Ele avisou também que há planos de fazer um mutirão no STJ, que seria o primeiro da ins-

tuição. “Hoje há ministros com até 20 mil processos e é humanamente impossível julgar essa quantidade. Vamos convocar juízes do Distrito Federal, para evitar gastos com deslocamento, para baixarmos em pelo menos 40% o volume de processos”. De acordo com Falcão, o grande gargalo hoje no STJ são processos de direito privado, onde não há interesse da União.

Assunto: Nova reunião sobre projeto no Estelita – Reintegração em discussão	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A8	Data: 03/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Nova reunião sobre projeto no Estelita

Encontro entre a prefeitura e entidades acontecerá hoje na sede do Executivo. Moradores de comunidades pedem reunião com a PCR

A Prefeitura do Recife se reúne hoje, às 9h, na sede do executivo, com entidades, instituições e movimentos sociais para discutir o projeto Novo Recife, aprovado pelo governo municipal em dezembro de 2012, que prevê a construção de oito edifícios residenciais, dois empresariais e dois hotéis no Cais José Estelita, ocupado desde o último dia 21 por manifestantes. Depois desse encontro, haverá uma nova conversa entre prefeitura e Ministério Público.

Participarão do encontro o prefeito Geraldo Julio, o vice, Luciano Siqueira, secretários, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, a reitoria da UFPE, a Unicap e seis representantes dos movimentos OcupeEstelita e Movimento Observatório do Recife.

Inicialmente participariam três integrantes dos movimentos sociais mas a prefeitura atendeu a reivindicação de

les, feito em protocolo ontem, para que outras três pessoas se incorporassem à comissão. Moradores do Coque, Cabanga e Pina, favoráveis ao projeto, também protocolaram pedidos de reunião com a PCR. Eles foram recebidos pelo secretário-executivo de Governo, Hermes Fonseca, que vai analisar as solicitações.

O projeto foi discutido ontem num encontro com o reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, professores de sete cursos e alunos. Na ocasião, foi entregue uma carta e um abaixo-assinado com 107 assinaturas contrárias à obra.

O consórcio parou a demolição antes de receber embargo do Iphan, após a ocupação do local. A demolição segue embargada nas esferas administrativa e jurídica, na 21ª Vara Federal. O Iphan analisa documentos do consórcio para assinar termo de compromisso para proteger bens arqueológicos da área.

Orçado em R\$ 800 milhões e com área de 101,7 mil m², o projeto estabelece 16 ações mitigadoras como ciclovia no Cais José Estelita, biblioteca, seis quadras poliesportivas e um parque linear entre o Pina e o Bairro do Recife. Os imóveis foram arrematados em leilão em 2008, pela Rede Ferroviária Federal. Está prevista a geração de 6 mil empregos durante a obra e mil após a conclusão do projeto.

Reintegração em discussão

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou ontem, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, com um recurso contra a liminar de reintegração de posse do cais, concedida ao consórcio Novo Recife Empreendimentos pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar Silva, da 4ª Câmara Cível. O recurso será enviado à Câmara e votada pelos três desembargadores que atuam no setor.

Na ação, o promotor argumentou que a decisão é ilegal porque a instância de 2º grau se pronunciou antes que houvesse a decisão em 1º grau. O caso estava sendo analisado pelo juiz da 19ª Vara Cível da Capital, José Ronemberg Travassos da Silva, após o consórcio ingressar com uma ação de interdito proibitório, pedindo a reintegração

da posse. O magistrado concedeu vistas ao MPPE e solicitou parecer opinativo do órgão. Recorrendo da medida do juiz, as empresas ingressaram com agravo de instrumento em caráter de urgência, em segunda instância.

Ontem, o secretário de De-

POLÍCIA MILITAR VAI ESTUDAR A MELHOR FORMA DE FAZER A DESOCUPAÇÃO

fesa Social (SDS), Alessandro Carvalho, o secretário-executivo de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Paulo Moraes, o coronel da Diretoria Integrada Metropolitana (DIM), João da Silva Neto, se reuniram com o representante do movimento Direitos Ur-

banos, Alexandre da Maia, para explicar como funciona a execução de reintegração. O mandado de retirada dos manifestantes chegou na Polícia Militar na noite da última sexta-feira, mas ainda não há prazo para efetivação da ação.

Levantamento

De acordo com o secretário-executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes, antes da retirada dos ocupantes, a PM fará um levantamento com informações como o tipo de ocupação e a quantidade de pessoas, além de uma tentativa de negociação com os atores envolvidos. "Ingressamos com um agravo regimental no TJPE e um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça", disse Alexandre da Maia, dos movimentos sociais.

Assunto: Justiça abre atendimento no aeroporto	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção:
Página: A6	Data: 03/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

COPA DO MUNDO

Justiça abre atendimento no aeroporto

Começou a funcionar ontem, no aeroporto, um posto avançado do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumidor visando a Copa do Mundo. O atendimento gratuito 24 horas pode resolver problemas como overbooking, extravio de baga-



JULIO JACOBINA/DA/D.A PRESS

gens, atraso ou cancelamento de voos. O terminal também terá um serviço especializado em infância e juventude, das 7h às 19h, todos os dias.

Assunto: Des. Gustavo Paes de Andrade volta a atuar no TRE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: D3	Data: 03/06/2014

DIARIO de **PERNAMBUCO**

No TRE

Gustavo Paes de Andrade volta a atuar como desembargador no Tribunal Regional Eleitoral, ocupando a vaga deixada por Roberto Moraes, até a escolha do novo magistrado, pela presidente Dilma Rousseff. É seu quarto mandato naquela corte.

Assunto: Prioridade é reduzir número de processos

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: POLÍTICA

Seção:

Página: 6

Data: 03/06/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Ministro Francisco Falcão assume STJ em setembro

Prioridade é reduzir número de processos

■ **NOVO** presidente vai procurar os ministros para fazer um levantamento sobre o número de ações acumuladas no tribunal

AMANDA SEABRA

Eleito na semana passada para o cargo de presidente do Superior Tribunal de Justiça, o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, que esteve ontem no Recife para participar da solenidade de instalação do Processo Judicial Eletrônico nas varas cíveis da Capital, falou sobre seus planos à frente do órgão. Segundo ele, uma das prioridades da sua gestão será reduzir o número de processos nos gabinetes dos 33 ministros, através de mutirões.

“O STJ está extremamente assoberbado de processos, tem ministro que está com mais de 20 mil processos acumulados. A ideia da gente é fazer alguns mutirões em alguns gabinetes, trazendo juízes do Distrito Federal, para evitar maiores despesas e tentar reduzir esse volume, pelo menos em 40%”, explicou o magistrado.

De acordo com Francisco Falcão, a partir da sua posse no



FALCÃO (E) participou de solenidade ontem no TJPE

Folha resume

Assim que tomar posse no dia 1º de setembro deste ano como presidente do STJ, Francisco Falcão pretende dar celeridade aos processos acumulados no órgão. Entre as ações que implantará à frente do STJ também está a realização de seminários internacionais. O primeiro será sobre meio ambiente.

STJ, que deve acontecer no dia 1º de setembro, os ministros serão procurados para fazer um levantamento sobre o número de processos. “Em seguida vamos começar os mutirões nos gabinetes em que

forem necessários”, adiantou. O novo presidente do órgão disse ainda que pretende levar o mutirão também para a Corte. “A ideia é agilizar os julgamentos”, acrescentou.

Outra iniciativa que deverá

tomar corpo com a posse de Francisco Falcão será a realização de seminários internacionais. “Um dos primeiros será sobre meio ambiente, que é um tema que vem sem bastante discutido. Para este evento estamos trabalhando para trazer o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que é nome de destaque nesta área”, acrescentou.

JUIZ

Antes de tomar posse, o corregedor Francisco Falcão ainda participa de quatro sessões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), incluindo a de hoje, quando ele deverá apresentar, para análise, o processo administrativo disciplinar contra o juiz de Pernambuco Francisco Galindo, que foi arquivado, no Estado, por uma corte especial formada por 15 desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), em março deste ano. O juiz foi acusado, segundo a assessoria do TJPE, de quebra de imparcialidade, por despachar um processo que teve sua interferência anterior em favor de uma das partes. O caso foi investigado e surgiram alguns indícios. Contudo, essa corte especial, que julga processos de juízes, decidiu pelo arquivamento do processo. Agora ele poderá ser reaberto no âmbito do CNJ.

Sistema visa agilizar ações

Tinta e quatro Varas Cíveis do Recife passaram a usar ontem o Processo Judicial Eletrônico (PJe). O sistema, que já era utilizado nos mais de 30 Juizados Especiais Cíveis do Estado, deverá agilizar a tramitação dos processos dessas varas que, em média, levam entre três e quatro anos para serem finalizados. A instalação do PJe aconteceu ontem no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE).

De acordo com o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves, o sistema elimina um período do processo chamado de tempo morto.

“Trata-se do tempo entre a prática de um ato e outro, que muitas vezes é longo. Agora tudo pode ser feito pelo computador em um sistema que funciona 24h por dia. Então, o advogado pode dar entrada em uma petição inicial da casa dele, pelo computador dele”, explicou.

Atualmente, cerca de 155 mil processos estão em tramitação nas 34 varas em questão e, a cada mês, uma média de 3,4 mil ações ingressam nessas varas. De acordo com a assessoria do TJPE, os processos que já estão em andamento não poderão ser digitalizados, a diferença, portanto, será

sentida nos próximos a ingressarem nas varas.

Ainda segundo o presidente, haverá um prazo de 90 dias de transição, para que os promotores, defensores, procuradores e advogados se adaptem ao sistema e façam seus certificados digitais, que uma espécie de assinatura eletrônica para usar o PJe.

Neves acrescentou que, até o início de 2016, o PJe estará em pleno funcionamento em todas as varas da Capital e Região Metropolitana do Recife e até 2017, deverá estar funcionando em todas as unidades jurisdicionais. Em seu discurso de apresentação do sistema, o presidente lembrou que uma das metas da sua gestão seria aproximar o tribunal do cidadão. “O

Saiba mais

AUTOMAÇÃO - O PJe começou a ser implantado na Justiça Estadual em 2009. O software foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de promover a automação do Judiciário. Atualmente, além dos Juizados Especiais Cíveis, contam também com o sistema as Varas de Executivos Fiscais Municipais do Recife.

Poder Judiciário desenvolve uma atividade pública, cujo destinatário final é o cidadão e é exatamente este último que vitamos beneficiar com o Processo Judicial Eletrônico”, acrescentou.

Assunto: TJPE – uma série de eventos sobre conscientização	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção: Folha da Cidade
Página: 2	Data: 03/06/2014



■ TJPE -Uma série de eventos sobre conscientização ambiental movimentam o TJPE, de hoje até domingo, na Semana do Meio Ambiente. Servidores debatem temas ligados ao meio ambiente.

Assunto: Caruaru ferveu 1 / Caruaru ferveu 2	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 2	Data: 03/06/2014



CARUARU FERVEU 1

Lyra, sábado, abriu as portas da sua casa em Caruaru, no bairro Maurício de Nassau, antes da abertura oficial do São João, e recebeu o candidato do PSB ao Governo, Paulo Câmara, e toda a chapa da Frente Popular, o prefeito José Queiroz e o filho, o deputado Wolney, além de vereadores, lideranças políticas da região e o presidente do TJPE, Frederico Neves.

CARUARU FERVEU 2

De lá, toda a comitiva seguiu para a Estação Ferroviária e ainda houve a abertura oficial do Tribunal do Forró. Paulo Câmara retornou para os seus compromissos, enquanto Lyra circulou pelo Pátio de Eventos e terminou a noite no restaurante Horácios, montado dentro do próprio polo de forró.

Assunto: Posto avançado do TJPE no Aeroporto dos Guararapes	
Veículo: Folhape.com.br	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:

FOLHAPe.com.br
TUDO O QUE ACONTECE.



Assunto: Posto avançado do TJPE no Aeroporto dos Guararapes	
Veículo: Folhape.com.br	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Começa a funcionar posto avançado do TJPE no aeroporto dos Guararapes

Juizado especial vai atender causas cíveis e de relações de consumo até o fim da Copa

O aeroporto internacional dos Guararapes conta a partir desta segunda-feira (02) com um posto avançado do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), onde funcionará o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, com atendimento gratuito 24 horas. Lá, o cidadão poderá resolver problemas que surgirem na hora da viagem, como overbooking, extravio de bagagens, atraso ou cancelamento de voos.

O terminal também contará com o serviço especializado na Infância e Juventude do TJPE, que aturará durante o período da Copa do Mundo, autorizando viagem para crianças e adolescentes e sua entrada e permanência na Arena Pernambuco. Entre 12 e 30 de junho, o atendimento será 24 horas, e entre 1º e 13 de julho, se estenderá das 7h às 19h, todos os dias da semana.

O TJPE montou esquema especial de atendimento ao cidadão durante a Copa com três postos avançados espalhados pela Região Metropolitana do Recife, com serviços na Arena Pernambuco e no município de São Lourenço da Mata, além do aeroporto. Em todo o Estado, 15 sedes de plantão judiciário vão atender em horário diferenciado durante a realização do torneio. O Judiciário receberá demandas de relações de consumo, cíveis, criminais, da infância e da juventude e do torcedor.

Na Arena Pernambuco terá, além do serviço especializado na Infância e Juventude, o Juizado Especial do Torcedor (Jetep). Ambos funcionarão em dias de jogos no estádio, com início duas horas antes da partida e término duas horas depois do apito final. Esse posto avançado vai realizar os atendimentos urgentes que forem solicitados dentro do estádio. O Jetep vai processar, julgar e executar as causas criminais estabelecidas no Estatuto do Torcedor, no que diz respeito à repressão à violência e casos de defesa do consumidor.

O fórum de São Lourenço da Mata também terá plantões em dias de jogos na Arena Pernambuco, para atender casos de competência cível – relações de consumo e contratos, entre outros – e de competência criminal que ocorram na comarca do município. Os serviços estarão disponíveis das 13h às 21h nos dias de partidas da Copa do Mundo no Recife. No anexo do Fórum, serão atendidos casos relacionados à Infância e Juventude no município que sejam urgentes nos dias de jogos, com plantão que se inicia duas horas antes e termina duas horas após as partidas.

Em dias de jogos da seleção brasileira de futebol e também aos sábados, domingos e feriados, os 15 plantões judiciários regionais do Estado funcionam em regime diferenciado. Nos dias 12, 17 e 23 de junho, quando o time do Brasil entra em campo na fase de grupos do torneio, o atendimento se estenderá das 13h às 21h. No jogo das oitavas de final, que pode ocorrer no dia 28 ou 29 de junho, o horário muda para o período das 10h às 18h. Sábados, domingos e feriados contam com plantões regionais das 13h às 17h.

Assunto: Instalação do PJE nas 34 varas cíveis do Recife - Presença do ministro Francisco Falcão	
Veículo: Folhape.com.br	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Prioridade é reduzir número de processos

Falcão participou de solenidade ontem no TJPE

Eleito na semana passada para o cargo de presidente do Superior Tribunal de Justiça, o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, que esteve ontem no Recife para participar da solenidade de instalação do Processo Judicial Eletrônico nas varas cíveis da Capital, falou sobre seus planos à frente do órgão. Segundo ele, uma das prioridades da sua gestão será reduzir o número de processos nos gabinetes dos 33 ministros, através de mutirões.

“O STJ está extremamente assoberbado de processos, tem ministro que está com mais de 20 mil processos acumulados. A ideia da gente é fazer alguns mutirões em alguns gabinetes, trazendo juízes do Distrito Federal, para evitar maiores despesas e tentar reduzir esse volume, pelo menos em 40%”, explicou o magistrado.

De acordo com Francisco Falcão, a partir da sua posse no STJ, que deve acontecer no dia 1º de setembro, os ministros serão procurados para fazer um levantamento sobre o número de processos. “Em seguida vamos começar os mutirões nos gabinetes em que forem necessários”, adiantou. O novo presidente do órgão disse ainda que pretende levar o mutirão também para a Corte. “A ideia é agilizar os julgamentos”, acrescentou.

Outra iniciativa que deverá tomar corpo com a posse de Francisco Falcão será a realização de seminários internacionais. “Um dos primeiros será sobre meio ambiente, que é um tema que vem sem bastante discutido. Para este evento estamos trabalhando para trazer o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que é nome de destaque nesta área”, acrescentou.

JUIZ

Antes de tomar posse, o corregedor Francisco Falcão ainda participa de quatro sessões do Conselho Nacional de Justiça CNJ), incluindo a de hoje, quando ele deverá apresentar, para análise, o processo administrativo disciplinar contra o juiz de Pernambuco Francisco Galindo, que foi arquivado, no Estado, por uma corte especial formada por 15 desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), em março deste ano. O juiz foi acusado, segundo a assessoria do TJPE, de quebra de imparcialidade, por despachar um processo que teve sua interferência anterior em favor de uma das partes. O caso foi investigado e surgiram alguns indícios. Contudo, essa corte especial, que julga processos de juízes, decidiu pelo arquivamento do processo. Agora ele poderá ser reaberto no âmbito do CNJ.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: Folhape.com.br	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Vereadores reassumem e reclamam de armação

Cinco parlamentares retomaram os mandatos, após serem afastados da Câmara

CARUARU - Após quase seis meses afastados por determinação da Justiça, cinco vereadores reassumiram as funções na Câmara de Caruaru, ontem. Mal tomaram posse e Val das Rendeiras (PROS), Val de Cachoeira Seca (DEM), Pastor Jadiel Nascimento (Pros), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) voltaram a afirmar que foram vítimas de uma armação envolvendo prefeitura do município e Polícia Civil. O líder da minoria, Val de Cachoeira Seca, disse que a intenção era acabar com a oposição.

“O que dissemos, nos primeiros dias quando fomos presos, está sendo provado. Somos inocentes, sofreremos uma grande armação que acabou dando errado para quem inventou. Essa volta (à Câmara) é mais uma prova para que a sociedade tome conhecimento da verdade e fique sabendo quem foi que criou tudo isso para prejudicar esses dez vereadores”, disse o democrata.

Os dez que são investigados sob suspeita de corrupção se reuniram e decidiram formar um bloco, para a partir de hoje, fazer oposição ferrenha ao prefeito José Queiroz (PDT). O pastor Jadiel Nascimento era da bancada governista e reassumiu com um discurso afiado. “Volto de cabeça erguida e com a certeza de que iremos para a bancada da independência, mas temos que lembrar que nunca tivemos a postura de subserviência. Não voto mais em projeto que chegue de última hora, como é praxe deste Governo. Vou analisar tudo e de acordo com a minha consciência decidirei se voto a favor ou contra”, disse.

O presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), destacou que os parlamentares foram eleitos pelo voto popular e retornam às funções após um momento atribulado no Legislativo, e que a volta aliviará as finanças da Casa. “Pelo menos agora não vou ter a dor de cabeça de fazer malabarismo com o dinheiro da Câmara. Estávamos pagando a 33 vereadores e numa situação difícil. Agora vamos planejar tudo e fazer o concurso público, uma intenção desde que assumi a presidência”, destacou. Com a posse dos titulares, voltam à condição de suplentes Duda do Vassoural (DEM), Joel da Gráfica (DEM), Tenente Tibúrcio (PMN), Rodrigues da Ceaca (PRTB) e Pastor Carlos (PRB).

Os vereadores estavam afastados devido à Operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil, que culminou com prisão de dez parlamentares. Eles foram acusados de cobrar propina para votar a favor de projetos enviados pelo Executivo.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Vereadores são reempossados em Caruaru após decisão do TJPE

Edis foram investigados na Operação Ponto Final II pela Polícia Civil. Com o retorno, os cinco suplentes deixam as atividades na Casa.



A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça suspendeu o afastamento dos cinco parlamentares (Foto: Gésika Rodrigues/ TV Asa Branca)

Cinco parlamentares são reempossados nesta segunda-feira (2) na Câmara de Vereadores de Caruaru, Agreste. Retomam os cargos Val de Cachoeira Seca (DEM), Val das Rendeiras (PROS), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN) e Jadiel Nascimento (PROS), depois que a [4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco \(TJPE\) suspendeu o afastamento](#). Eles foram investigados pela Operação Ponto Final II e a saída foi determinada pela 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca local.

A [4ª Câmara Criminal do TJPE já havia decidido pela volta](#), porém, no dia 23 de maio, o advogado Márcio Alves - que participa da defesa - explicou que o retorno não ocorreria de imediato. Isto porque a Vara Cível também tinha de decidir ou não pelo retorno. Com tal decisão, os suplentes Pastor Carlos (PRB), Rodrigues da Ceaca (PRTB), Tenente Tibúrcio (PMN), Duda do Vassoural (DEM) e Joel da Gráfica (DEM) deixam as atividades.

Processos administrativos suspensos

A Justiça suspendeu os últimos três processos administrativos que tramitavam contra vereadores na Comissão de Ética e Decoro da Câmara de Vereadores de [Caruaru](#). A decisão foi tomada pelo juiz José Fernando dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do município. A medida é válida até o julgamento do mandado de segurança impetrado pela defesa dos vereadores Val das Rendeiras (PROS), Evandro Silva (PMDB) e Eduardo Cantarelli (SDD).

A 1ª Vara da Fazenda Pública já havia suspenso sete procedimentos administrativos. Da mesma forma, a medida deve ser acatada até o julgamento do mandado de segurança com pedido de liminar feito por Jadiel Nascimento (PROS), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Neto (PMN) e Jajá (sem partido).

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Justiça suspende mais três processos administrativos da Comissão de Ética

Decisão foi tomada pelo juiz José Fernando dos Santos da Vara da Fazenda. Medida é válida até o julgamento de um mandado de segurança pelo TJPE.



Medida é válida até julgamento de mandado de segurança (Foto: Reprodução/ TV Asa Branca)

A Justiça suspendeu os últimos três processos administrativos que tramitavam contra vereadores na Comissão de Ética e Decoro da Câmara de Vereadores de [Caruaru](#), no Agreste de Pernambuco. A decisão foi tomada pelo juiz José Fernando dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do município. A medida é válida até o julgamento de um mandado de segurança impetrado pela defesa dos vereadores Val das Rendeiras (PROS), Evandro Silva (PMDB) e Eduardo Cantarelli (SDD).

A 1ª Vara da Fazenda Pública já havia suspenso sete procedimentos administrativos abertos contra parlamentares de Caruaru. A medida deve

ser acatada até o julgamento do mandado de segurança com pedido de liminar feito por Jadiel Nascimento (PROS), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Neto (PMN) e Jajá (sem partido).

Um dos advogados de defesa, Marcílio Cumaru, afirmou que o mandado de segurança tratava de vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade percebidos nos procedimentos realizados pela Comissão de Ética e Decoro. “Diante do que apresentamos, o juiz atendeu nosso pedido de urgência e suspendeu os processos. Ele deve julgar o mérito do nosso mandado, por que ele percebeu que a situação é grave”, explica.

Vereadores afastados devem voltar

A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) suspendeu a decisão que afastava cinco parlamentares da Câmara de Vereadores de Caruaru, no Agreste. Eles foram investigados pela Operação Ponto Final II e o afastamento foi determinado pela 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca local.

Com a suspensão, os parlamentares poderão voltar à Câmara depois que a decisão for publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Estado. Reassumirão os mandatos Val de Cachoeira Seca (DEM), Val das Rendeiras (PROS), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN) e Jadiel Nascimento (PROS).

A [4ª Câmara Criminal do TJPE já havia decidido decidido pela volta](#), porém, na sexta-feira (23), o advogado Márcio Alves - que participa da defesa - explicou que o retorno não ocorreria de imediato. Isto porque a Vara Cível também tinha de decidir ou não pelo retorno. Com tal decisão, os suplentes Pastor Carlos (PRB), Rodrigues da Ceaca (PRTB), Tenente Tibúrcio (PMN), Duda do Vassoural (DEM) e Joel da Gráfica (DEM) deixam as atividades.

Polícia reafirma legalidade das operações

A assessoria de imprensa da Polícia Civil enviou nota sobre informações que estariam sendo divulgadas de forma errada por alguns veículos da imprensa. Confira a seguir na íntegra. "Em razão das últimas notícias veiculadas pela imprensa sobre a ilegalidade das escutas ambientais que contribuíram para o indiciamento de vereadores de Caruaru acusados dos crimes de concussão e de integrar organização criminosa além de corrupções passiva e ativa, a Polícia Civil de Pernambuco esclarece que as Operações Ponto Final I e II - que culminou com a descoberta do esquema criminoso - foram o resultado de um trabalho integrado com o Poder Judiciário e o Ministério Público. O trabalho foi pautado em elevados valores éticos e profissionais dentro da mais estrita legalidade, que fundamentou a denúncia de todos os Vereadores assim como a decretação de suas prisões preventivas e ainda seus afastamentos cautelares dos cargos que ocupavam."

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Encontro termina sem definição sobre reintegração em cais do Recife

Reunião ocorreu nesta segunda-feira (2), na Secretaria de Defesa Social. Nesta terça (3), Prefeitura realiza audiência sobre terreno no José Estelita.

A reunião entre as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDDH) e representantes do Direitos Urbanos (DU) - contrário ao projeto imobiliário no Cais José Estelita - terminou sem definir uma data para a reintegração de posse do terreno. O encontro ocorreu na sede da SDS, em Santo Amaro, área central da capital. O cais foi ocupado há 12 dias em protesto contra a construção de torres residências e comerciais no local. Nesta terça (3), a Prefeitura do Recife realiza audiência sobre o assunto.

A reunião desta segunda foi convocada pela SEDSDH, a pedido do corpo jurídico DU, que pede a anulação do processo administrativo que autorizou o projeto Novo Recife e discussão pública sobre o uso do espaço. Os jornalistas não puderam participar. De acordo com o advogado Alexandre da Maia, integrante do DU, os órgãos de segurança apresentaram o procedimento padrão que é adotado em casos de reintegração de posse.

Ele acrescentou que a polícia fará, primeiro, um levantamento sobre o tipo de ocupação no Cais José Estelita. "Eles vão verificar a natureza da ocupação, quantas pessoas estão lá, as condições do local, se tem gente morando. Depois, vai chamar os atores envolvidos na situação, para se montar o esquema da desocupação", explicou. Nem SDS nem PM informaram quando esses procedimentos vão ocorrer.

Participaram do encontro o secretário da SDS, Alessandro Carvalho; o secretário-executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes; e o diretor da Diretoria Integrada Metropolitana da Polícia Militar, coronel João Carlos da Silva Neto. Nenhuma autoridade conversou com a imprensa ao final da reunião.

A reintegração de posse foi concedida pelo desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, na última quinta (29), que ordenou "a retirada dos invasores da área do imóvel, com apoio da força policial, se necessário". O magistrado atendeu a um pedido feito pelos advogados do Novo Recife Empreendimentos, grupo de construtoras proprietárias do terreno.

Da Maia comentou que saiu tranquilizado da reunião. "O objetivo era saber como ocorre a reintegração, pois há pessoas lá desenvolvendo atividades e fica todo mundo receoso do que pode acontecer. Eu saio tranquilizado porque existe uma logística e isso leva tempo, que vamos usar para tentar reverter a decisão liminar da Justiça", disse.

Advogados do DU entraram com habeas corpus, na última sexta (30), para garantir o direito de ir e vir das pessoas, já que a ocupação é "mansa e pacífica". "Também vamos entrar com uma agravo regimental, que é uma espécie de recurso, contra a decisão proferida pelo desembargador substituto, que concedeu a reintegração de posse", explicou.

O Consórcio Novo Recife não se manifestou sobre a reunião desta segunda. A empresa não foi

convidada para a audiência que ocorrerá na terça, e, em nota, disse que "está aberta ao diálogo com a Prefeitura, como sempre esteve desde o início do processo do projeto Novo Recife".

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: JC Online	Data: 03/06/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Outros três processos disciplinares são suspensos na Câmara de Caruaru

Decisão partiu do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da cidade, José Fernando

Os últimos três processos disciplinares contra os vereadores investigados na Operação Ponto Final foram suspensos por decisão judicial. De maneira liminar, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando, determinou a suspensão das investigações que tramitavam na Câmara de Vereadores. O caso dos parlamentares estavam sendo avaliados pela Comissão de Ética e, caso fossem comprovadas as irregularidades, os vereadores poderiam ter os mandatos cassados.

Desta vez, a decisão favoreceu os vereadores Evandro Silva (PMDB), Val das Rendeiras (Pros) e Eduardo Cantarelli (SDD). A defesa alega que o relator dos processo é o vereador Marcelo Gomes (PSB), que é filho do vice-prefeito da cidade, Jorge Gomes (PSB).

Como o caso envolve denúncias de suborno ao Executivo municipal, a defesa entende que Marcelo é suspeito de analisar os processos, já que seu pai é auxiliar do prefeito José Queiroz (PDT). Além disso, alega o advogado Marcelo Cumarú, o relator foi denunciante e também é presidente da Comissão de Redação de Lei, que é o colegiado que analisa os resultados da Comissão de Ética. Portanto, o resultado da análise poderia não ter o contraditório.

Na semana passada, os processo disciplinares envolvendo os vereadores Jajá (sem partido), Pastor Jadiel (Pros), Louro do Juá (SDD), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val da Cachoeira Seca (DEM) e Neto (PMN) também foram suspenso. Não há mais nenhuma análise sendo feita na Comissão de Ética. Todos os envolvidos no caso também conseguiram na Justiça decisão favorável para voltarem a exercer o mandato.

Assunto: Processo Judicial Eletrônico começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis da capital pernambucana	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Processo Judicial Eletrônico começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis da capital pernambucana

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis da Capital nesta segunda-feira (2).

A solenidade de instalação acontece agora, na Sala de Sessões Desembargador Antônio de Brito Alves, no 1º andar do Palácio da Justiça, localizado no Bairro de Santo Antônio.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, estará à frente da cerimônia, da qual também participam o presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o ministro do STJ Og Fernandes.

“Com o PJe, o Judiciário Pernambucano moderniza o serviço prestado ao cidadão, agilizando processos”, promete.

Até 2017, todas as unidades jurisdicionais funcionarão o sistema, que começou a ser instalado na Justiça Estadual em 2009.

O software foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de promover a automação do Judiciário. Atualmente, todos os Juizados Especiais Cíveis do Estado e as Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital já contam com o PJe.

Assunto: João Lyra Neto recebe presidente do Superior Tribunal de Justiça	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



João Lyra Neto recebe presidente do Superior Tribunal de Justiça

O governador João Lyra Neto almoçou, nesta segunda-feira (02/06), com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o pernambucano Francisco Falcão. Para João Lyra Neto o ministro é um “exemplo para os pernambucanos e para o judiciário brasileiro”.

Também participou do encontro o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o desembargador Francisco Neves.

“É uma honra ser recepcionado pelo governador João Lyra, que prossegue no belo trabalho administrativo iniciado pelo ex-governador Eduardo Campos”, declarou o ministro, dizendo que a recepção significa um retorno ao passado, pois já teve a oportunidade de trabalhar no Palácio Campo das Princesas, durante oito anos, nas gestões de Moura Cavalcanti (1975-1979), Marco Maciel (1979-1982) e Roberto Magalhães (1983 a 1986).

Francisco Falcão está no Recife para acompanhar o lançamento da ampliação do processo judicial eletrônico (PJE), que a partir de agora vai estar disponível nas 34 Varas Cíveis da Capital.

O objetivo do programa é automatizar as ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco. “A instalação das 34 Varas Cíveis, através do PJe, vai tirar o meio físico e implantar o meio digital. Que será uma forma de acelerar o andamento dos processos no judiciário”, detalhou o ministro.

Assunto: Sem Joaquim Barbosa, TJPE lança processo eletrônico em 34 varas do Recife	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Sem Joaquim Barbosa, TJPE lança processo eletrônico em 34 varas do Recife



Esperado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, o ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, não vai comparecer ao lançamento da implantação do processo judicial eletrônico (PJe) nas 34 Varas Cíveis do Recife nesta segunda-feira (2).

Quem marcará presença, porém, é o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão. Ele será acompanhado pelo ministro do STJ Og Fernandes.

A implantação do processo eletrônico busca agilizar os serviços do TJPE, automatizando as ações. O lançamento ocorre às 14h30, no Palácio da Justiça.

O processo eletrônico começou a ser instalado na Justiça estadual em 2009 e deve atingir todas as unidades jurisdicionais em 2017.

Hoje, estão automatizados os Juizados Especiais Cíveis do Estado e as Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital.

Assunto: Justiça suspende todos os processos no Conselho de Ética contra vereadores de Caruaru	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Justiça suspende todos os processos no Conselho de Ética contra vereadores de Caruaru

Todos os processos que corriam na Comissão de Ética da Câmara contra os dez vereadores de Caruaru presos durante a Operação Ponto Final, por suspeita de cobrança de propina, foram suspensos por determinação judicial. Decisão do juiz José Fernando, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Caruaru determinou a suspensão dos processos de ética contra os vereadores Val das Rendeiras (PROS), Evandro Silva (PMDB) e Eduardo Cantarelli (Solidariedade) na última sexta-feira (30).

Já haviam sido suspensos os processos contra os vereadores Val do DEM, Louro do Juá (Solidariedade), Jajá (sem partido), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Jadiel Nascimento (PROS) e Neto (PMN).

Os processos na Comissão de Ética eram disciplinares e poderiam resultar na aplicação de qualquer medida disciplinar prevista no Regimento da Casa. A própria defesa dos vereadores, porém, esperava por um pedido de cassação dos mandatos.

A decisão determina que a Comissão de Ética deixe de julgar os processos até que seja analisado um mandato de segurança que pede a nulidade de todos os processos disciplinares contra os vereadores na Casa.

A Operação Ponto Final foi deflagrada pela Polícia Civil em 18 de dezembro do ano passado. Segundo a polícia, os vereadores estariam exigindo R\$ 2 milhões em propina para aprovar um projeto de BRT para a cidade orçado em R\$ 250 milhões.

Cinco dos vereadores já retomaram os mandatos e outros cinco devem reassumir os cargos entre esta segunda (2) e terça-feira (3). São Neto (PMN), Val das Rendeiras (PROS), Val de Cachoeira Seca (PROS), Evandro Silva (PMDB) e Pastor Jadiel Nascimento (PROS).

Assunto: Lyra recebe presidente do Supremo Tribunal de Justiça	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



Lyra recebe presidente do Supremo Tribunal de Justiça



O objetivo, segundo o próprio ministro, é automatizar as ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). "A instalação das 34 Varas Cíveis, através do PJE, vai tirar o meio físico e implantar o meio digital, que será uma forma de acelerar o andamento dos processos no Poder Judiciário", detalhou o ministro, na presença do desembargador Francisco Neves, presidente do TJPE.

Com relação ao encontro com o governador João Lyra Neto, o ministro disse que "é uma honra ser recepcionado pelo governador, que prossegue no belo trabalho administrativo iniciado por Eduardo Campos". Francisco Falcão disse ainda que a recepção significa um retorno ao passado, pois já teve a oportunidade de trabalhar no Palácio Campo das Princesas, durante oito anos, nas gestões de Moura Cavalcanti (1975-1979), Marco Maciel (1979-1982) e Roberto Magalhães (1983 a 1986).

Assunto: João Lyra almoça com o presidente do STJ	
Veículo: Blog Social 1	Data: 02/06/2014
Editoria:	Seção:



João Lyra almoça com o presidente do STJ



O governador João Lyra Neto recebeu, nesta segunda-feira (02), o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Galvão. O ministro está no Recife para acompanhar o lançamento da ampliação do processo judicial eletrônico, que visa automatizar as ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Também participou do encontro o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o desembargador Francisco Neves.

